

MISSÃO ADERIDA POR GERAÇÕES DE SOCIÓLOGOS(AS): CONHECER E EXPLICAR O BRASIL¹

Justino Gomes²
Eduardo Machado³

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar os trabalhos dos sociólogos e não só que deram as suas contribuições na explicação do Brasil e as suas complexas problemáticas. É um estudo bibliográfico de estratégia metodológica qualitativa. Os principais debates atravessam temas diversos – gênero, raça, relações étnico-raciais entre outros. E conclui que o Brasil é estudado pelos(as) sociólogos(as) e demais cientistas sociais brasileiros de modo a fornecer a sua raiz para melhor compreensão ontológica da sua configuração social. O empenho dos nativos formados no estrangeiro e no país depois da institucionalização das ciências sociais fez existir produções que podem contribuir para o conhecimento deste país latino-americano.

Palavras-chave: Sociologia, Formação do Brasil, Colonialismo, Dominação.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem de um passado conturbado pelas experiências múltiplas e não menos agrestes. Por conhecer a mais cruel prática contra a humanidade – colonialismo –, a sociedade brasileira foi obrigada a ter num só corpo, grupos de localidades, culturas, línguas e experiências não similares, mas sim diferentes e conflituantes. Fala-se dos índios, negros e brancos. Todos condenados, pela história, a viverem juntos. Isso por si só, é um desafio da sociedade brasileira.

Por outro lado, conhecer a si próprio para saber donde veio e para onde vai, é um ato decisório de aquisição de consciência e determinação do destino e formas de chegar aos objetivos pretendidos. Para conhecer o Brasil, os estudos sérios e criteriosamente construídos são, antes de tudo, a mais certa escolha que se possa fazer nesta missão. Com uma população gigantesca e um território tamanho do continente, acima de tudo, estando a sua formação feita do exterior para o interior, ou seja, uma transposição do modelo europeu-português, a redefinição do seu destino para conquistar a sua autonomia em termos da referência e modelos econômico, social e cultural não pode ser fácil nem simples.

¹ Este trabalho resulta das leituras do primeiro semestre do mestrado, na disciplina Sociologia Brasileira. Contou com o financiamento de CAPES, através da bolsa de mestrado concedida.

² - Mestrando do Curso de Sociologia da Universidade Estadual do Ceará- UECE, justino.gomes@aluno.uece.br.

³ Professor Orientador - Doutor, Docente da UNILAB e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE, eduardomachado@unilab.edu.br.

O desafio impeliu àquilo que consideramos – missão a cumprir – aos cientistas sociais. Essa missão consiste em desvendar quem é o Brasil. Sergio Buarque Holanda disse *Raiz* do Brasil. Ao passo que Gilberto Freyre denominou-a de *Casa Grande & Senzala*. Para Caio Prado Junior, é o *Brasil contemporâneo* ao passo que para Raimundo Faoro é *Donos do poder e formação do patronato brasileiro* entre outros autores. Esta formação que tem como base o patrimonialismo, não conseguiu desprender-se do modelo colonial para a sua originalidade independente e racional. A lista continua com outros cientistas sociais, mas o objetivo é mesmo – responder à pergunta *quem é o Brasil?* Em outras palavras, *que sociedade brasileira que se tem e como se formou?* É nesta linha geral que os autores e as autoras aqui apresentados(as) se inserem juntamente com os seus trabalhos.

METODOLOGIA

O estudo é bibliográfico, o seu procedimento metodológico é da estratégia qualitativa. Não contemplou todos os clássicos das ciências sociais brasileira, muito menos pretende ser um trabalho exaustivo nesse debate de estudos ou produções científicas sobre a formação do Brasil, mas sim fazer uma apresentação de alguns debates que ajudam a entender o Brasil.

Em termos organizacionais, o trabalho tem quatro subtópicos curtos, além da introdução, considerações finais e referências bibliográficas. A sua conclusão transmite a ideia de que os cientistas sociais em grande modo e os sociólogos brasileiros, no sentido estrito, aderiram à missão de estudar, conhecer e explicar o Brasil em diferentes óticas e forneceram os processos complexos que formaram o Brasil contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vozes que desvendam a sociedade brasileira e as suas problemáticas

O Brasil como sendo uma nação que se constituiu na união dos povos de espaços, culturas e línguas diferentes, tem um processo de configuração social histórico complexo e conflitante. No entanto, a sua compreensão pelos cientistas sociais exige esforços não menos densos na construção das metodologias, técnicas e procedimentos analítico-interpretativos capazes de permitir a captação da sua complexa conjuntura sociocultural, socioeconômica e sociopolítica.

Com efeito, muitas tentativas foram feitas antes da década 30 do século XX e que visam abordar a sociedade brasileira na sua múltipla dimensão. Sem querer hierarquizar nem minuciar as contribuições feitas nessa direção, destaco o profundo espírito crítico e revelador

de compreensão profunda das relações do gênero no Brasil, no século XVIII, da Nísia Floresta. Uma reflexão crítica e sociológica que mergulha nas relações do poder entre homem e mulher e desvenda mitos, preconceitos, discriminações, violências e subalternização que os sujeitos femininos são vítimas pelos sujeitos masculinos em todos os níveis: familiar, institucional, social, cultural e política.

Através da metodologia interdisciplinar que dialoga a construção do gênero com direitos humanos em relação às diversas instituições sociais e suas práticas: família, escola, Estado envolvendo a interação entre indivíduos do gênero masculino e feminino, atravessando o lugar que cada um é atribuído; as restrições do espaço e de direitos que a mulher é vítima; a negação de qualidades e capacidades intelectuais dessa criatura, porém que se apresenta mais apta, concentrada, equilibrada que o sujeito que a tenta desacreditar e aprisionar – o sujeito masculino – entre outros, faz da produção da Nísia uma valia nos estudos feministas e de direitos humanos.

O senso crítico e sociológico da Nísia Floresta soma-se às poucas mulheres da sua geração que lutaram para a negação e desconstrução dos argumentos infundados – senso comum – que vinham a coisificar a mulher e atentar contra a sua mais-valia na sociedade – figura geradora de vidas e núcleo vital da sociedade –. A contribuição da Nísia Floresta na emancipação do sujeito mulher na sociedade brasileira e não só, como também na chamada de atenção aos sujeitos masculinos, soma-se às outras que a antecederam e as que ela antecedeu e caminham-se ao único objetivo – repensar as relações do gênero e desbotoar a camisa machista e preconceituosa que há muito vinha a tolher a edificação da paz, harmonia e relações sadias entre esses dois seres humanos iguais e complementares, porém diferentes apenas na constituição morfológica corporal.

Ao vislumbrarmos isto na sua produção, podemos também, paralelamente, compreender a aderência da Nísia Floresta à missão nacional e nacionalista que se faz irrefutável aos que tiveram privilégio de se inserirem neste mundo aberto só para um minúsculo número de indivíduos – ciência ou conhecimento científico ou racionalidade científica, dependendo da opção – e dar as suas contribuições na explicação da sociedade brasileira com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, equilibrada e igualitária. A missão, a Nísia cumpriu e o Brasil contou com mais um bloco necessário no levantamento da sua alvenaria social com a publicação da obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

O caminhar do tempo levou-nos a uma instância temporal em que se fazia imperativo assistir a emergência dos estudos dos sociólogos, historiadores, antropólogos, juristas e

demais cientistas sociais interessados a rebuscar explicações da sociedade brasileira. Na década 30 do século passado, entre outras obras, recebemos a volumosa obra *Casa Grande & Senzala* do Gilberto Freyre. Uma tentativa de explicar o Brasil a partir das duas instituições coloniais, porém metonímia da sociedade brasileira de então. Numa sociedade estratificada e escravocrata, com certeza, o seu cotidiano, estará cheio de mistérios que precisam ser entendidos. Esses foram os que Freyre buscou entender, mas olhou esses mistérios com lentes brancas a ele pertencentes.

A metodologia usada pelo Freyre para discernir aquele cotidiano também é interdisciplinar, pois conjugou as técnicas comuns à antropologia e sociologia – etnografia. Além disso, a observação participante e revisão da literatura foram acionadas para o estudo dessa sociedade dividida em duas grandes instituições, que se forem revisadas com regras marxistas, representariam superestrutura e infraestrutura. Ou seja, a *Casa Grande*, uma instituição que representa a oligarquia e a burguesia brasileira, na qual os senhores da terra, de engenhos, escravocratas, clero, capitalistas, em suma, donos do poder estão, duma ou doutra maneira, representados. É uma instituição que aglutina uma série de representações concretas e simbólicas que detêm o poder político, judiciário, administrativo e legislativo, mas também o econômico.

Sergio Buarque Holanda (1987), Caio Prado Junior (1961) e Raymundo Faoro (2001) nos explicam o poder que essa *Casa Grande* exercia. Segundo eles, a Casa Grande exerceu influência e o poder durante muito tempo nessa sociedade, chegando a encobrir o próprio poder estatal. E mesmo depois da independência, antes do deslocamento do poder político do centro rural para centro urbano, os donos de engenhos e seus descendentes detinham o poder político. A aristocracia rural conservou o poder que tinha na sociedade colonial e manipulou a sociedade ao seu interesse mesmo depois da independência. Essa função colocava-a na superestrutura de então.

Holanda nos leva a perceber que, os meios rurais foram os que sustentaram a estrutura da sociedade colonial no Brasil. As raízes rurais foram as que a civilização colonial soube assegurar e proteger durante a sua vigência. As zonas urbanas dependiam das zonas rurais. A dependência persistiu até a abolição da escravatura em 1888. “Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos [...]. Assim dominavam “[...] os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio” (HOLANDA, 1987, p. 73).

A *Senzala*, outra instituição que, neste caso, estaria na função de infraestrutura. A base da sociedade, instância baixa do estrato social. Nela, aglutina-se os escravizados, pessoas livres, porém pobres, em suma, a massa, a mão-de-obra do sistema econômico capitalista. Segundo, Freyre, Holanda e Prado Junior, ali se encontrava a base do conhecimento técnico agropecuário; gastronômico, artesanal, naval que o dono de engenho, de implantação de cana-de-açúcar ou dono de minas manipulava ao seu serviço e efetivava a exploração da força produtiva e apropriação do saber técnico desses indivíduos dominados.

A combinação da *Senzala* e *Casa Grande* traduz a combinação da *superestrutura* e *infraestrutura* que formam o Estado brasileiro. Portanto, nesta leitura da sociedade brasileira do Freyre, o Brasil é formado pela Casa Grande e *Senzala*. Isto é, em termos macros. Na dimensão micro, os três povos: índios (nativos), negros (africanos) e brancos (europeus), numa “união harmônica” formaram o povo brasileiro e as identidades nacionais únicas, coesas e coerentes. O Brasil democrático no qual os povos diferentes estabelecem interações raciais afáveis, jamais vistas em qualquer povo na sub-região latino-americana (FREYRE, 2005).

Freyre empenhou-se a mascarar os atritos raciais entre os povos nativos, negros e europeus forjados pela preponderância do antropocentrismo, que despreendeu a navegação europeia e posteriormente o colonialismo, a estarem juntos, porém sem a convivência harmônica, muito menos a coesão e coerência social nos seus cotidianos ao nível da descrição feita pelo Freyre.

Um pouco mais de dez anos depois da redução sociológica e antropológica do Freyre pregar o conteúdo da harmonia, paz e convivência agradecida pelo negro, branco e índio no Brasil, a Virgínia Bicudo apareceu na década 40 do século XX, com o seu senso crítico, usando o raciocínio científico mergulhado nas interações étnico-raciais desse povo e nos apresentou outro Brasil diferente daquele a que nos foi dado pelo Freyre. Os instrumentos metodológicos por ela usados não se distanciaram muito daqueles usados pelo Freyre. Através da combinação de diferentes técnicas e procedimentos metodológicos, por exemplo, a etnografia, entrevistas, questionários e revisão da bibliografia desvendou que estamos perante uma sociedade em que cada categoria de sujeitos está enlatada na sua caixa. O branco no seu lugar, o preto no dele e o índio no seu. A harmonia, coesão e coerência com qual Freyre embalou essa sociedade não se comprova no dia-a-dia do brasileiro e da brasileira, concluiu a pesquisa da Virgínia Bicudo na primeira metade da década 1940.

A Virgínia Bicudo passeou na psicanalise, na sociologia e na antropologia, obvio, com lentes marxistas para enxergar o Brasil a ela dada pelos processos múltiplos e conflitantes jamais refutáveis nesta parada americana. No final do percurso, a conclusão foi a única – os

sujeitos negros e índios sofrem, em termos macro, dupla exclusão: pelo processo de luta de classes (uma vez que são trabalhadores contratados) e processo de racismo (uma vez que são dominados e racionalizados). Esses dois processos têm desdobramentos que a Lélia Gonzalez (1983) desvendou e aparecem nítidos no caso da mulher negra, índia, mulata que, pela consistência do processo colonial, as mazelas do sistema seguiu-as aos dias atuais, tal como o negro e o índio não escaparam a reprodução de práticas, estruturas e sistemas sociais, jurídicas e econômicas que tendem a colocá-los fora do sistema como sempre. Aliás, o Florestan Fernandes, o Clóvis Moura entre outros, fazem chegar-nos que esses sujeitos eram desintegrados da estrutura no passado recente. E a Gonzalez, (1983) lacra a caixa que o sistema implantado eterniza isto na atualidade, razão da exacerbada perseguição e assassinio desses sujeitos.

Os empurrados à margem da história e das estruturas: negros e índios

Os espaços disputados, a ascensão social, a acumulação, os serviços a prestar, o acesso à educação formal... continuam quase com a mesma cor dos séculos XVIII e XIX – o branco no paraíso de privilégios ao passo que o índio, a índia, o negro, a negra nos bastidores da periferia, da pobreza, da discriminação, da negação da humanidade a eles, (como disse Florestan Fernandes (2017) de que não constituíam a categoria social nos finais do século XIX aquando da independência e, em função disso, não foram tidos em conta como partes na formação da nova sociedade. Também, Caio Prado Junior (1961) afirma que a contribuição deles na sociedade brasileira não passa da união biológica, fora disso, nada se encontra. No entanto, Prado Junior justificou a sua afirmação com base na sobreposição da raça branca e abafamento que esta exerceu sobre negros e índios, e isso, minusculizou as suas contribuições.), portanto, dignos de policiamento, desumanização, espancamento e assassinato (GONZALEZ, 1983), infelizmente!

O Brasil compreendido pela Virgínia Bicudo é o Brasil racista, preconceituoso e discriminatório. O Brasil em que o autoisolamento é recorrido por sujeitos de cada raça para evitar o contato com a outra raça. O Brasil em que quanto mais instruído o(a) negro(a), o(a) índio(a) for, maior consciência da raça terá. O Brasil em que a ascensão social não elimina a discriminação e preconceitos. Assim, a missão da redução do Brasil foi aderida e cumprida pela Virgínia Bicudo.

O percurso manteve-se intacto. A procura do miolo da gênese dessa grande sociedade, incomparável na miscigenação, continuou constituído missão irrenunciável dos cientistas sociais. A preferência de dar sequência ao debate da Bicudo nos interlaça com o Clóvis

Moura (2019), que ficou frenético com a alienação a que cientistas sociais tiveram que se entregarem durante séculos: a direção à Europa e desperdício ou abandono ou europeização da realidade brasileira. O Brasil era substituído pela Europa na consciência dos(as) cientistas sociais. Na literatura, na arte, na sociologia, na antropologia... O endógeno era marginalizado a favor do exógeno pelos nativos.

O índio era europeizado, o negro era carbonizado e desumanizado tanto na representação social, na ficção quanto na concepção do Brasil no imaginário. Tudo porque os efeitos do colonialismo infiltraram-se densamente na consciência do colonizado e o desmantelou, roubando a consciência de si para si e por si. Enquanto o branco era endeusado no imaginário. A missão cumprida dessa forma tende a ser perigosa frente à sagacidade da outra missão afincada na ruptura das malhas coloniais e a compreensão da verdadeira face brasileira. Essa que todo mundo conhece: um povo misto, multiétnico, multilinguístico, multicultural, no entanto, desafiado a correção dos erros coloniais com vistas a uma verdadeira democracia racial e convivência harmoniosa e coesa entre negros, índios e brancos.

Clóvis Moura escreveu e falou na década 70 do século XX, se for comparada com a era da Bicudo, teremos pouco menos ou mais de 30 anos. Mas nesse período temporal, pouco ou nada mudou. Os movimentos negros continuam a reclamar pela eliminação das correntes invisíveis ou subtis e visíveis, mas que uns tendem a recusar o seu caráter opressivo, prendedor e humilhante na sociedade brasileira. Segundo a Lélia Gonzales, o Brasil que ela viveu na década 1970 era um Brasil em que todo mundo reconhece a existência do racismo e de preconceitos, mas ninguém é racista e nem preconceituosa. Aliás, as entrevistas da Bocudo no âmbito do projeto da UNESCO desvendaram esse paradoxo no início da década de 1950 quando terminou a missão a ela dada.

Com certeza, existe algo que levou essa sociedade ao que Bicudo, Clovis, Lélia, Freyre, Prado Junior, Holanda, Ramos, Fernandes, Nísia encontraram como o seu conteúdo inegável para quem queira ver e reconhecer. Isso, além do Holanda e Prado Junior, o Raymundo Faoro (2001) nos leva um pouco ao ponto de partida – o “feudalismo” português, a organização política portuguesa, a transferência do modelo lusitano às américas, o deslocamento das pessoas, e estruturas da Europa para o Brasil como forma de efetivar o processo de ocupação que era necessário para Portugal defender-se face às ameaças de outras potências navais: Inglaterra, Espanha, França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Itália etc., mas o processo veio com conflitos. O ponto culminante dos conflitos é a marginalização dos nativos índios e negros africanos.

A isca que arrancou o lusitano para o Brasil e o veneno que mais tarde instituiu nesse solo, através da herança colonial do sistema político pelos nacionais

Não nos interessa mergulhar no povoamento e na vida social, mas importa destacar que com Prado Junior (1961) esses dois movimentos de ocupação do Brasil podem ser compreendidos e explicados melhor. A procura do ouro e outros metais preciosos arrancaram os lusitanos nas praias brasileiras às florestas densas e robustas do solo brasileiro e incentivou o teatro sangrento dos bandeirantes contra povoações dos nativos forçados a deslocarem-se do seu habitat para se ensardinharem nas zonas controladas, policiadas e administradas pelos lusitanos (FAORO, 2001).

A missão cumprida pelos cientistas sociais brasileiros – conhecer, interpretar e explicar o Brasil – dá-nos insumos para entender que, a busca pelo algo de valor nos mercados europeus deslocou os mercantes europeus para outros cantos do planeta e nessa missão a Índia, a África, e América foram portos de desembarque dos que careciam do poder competitivo na Europa, como Portugal e demais Estados que mais tarde, o colonialismo tornou-os impérios poderosos (idem).

O Brasil enxergado pelo Faoro (2001) e Marighella (2010) é o Brasil formado pelo processo colonial de manipulação do bem público por uma certa minoria dominante – donos do poder ou patronato brasileiro – este patronado que desde século XVIII foi transportado de Lisboa para Bahia, com a instituição do Governo Geral e mais tarde estruturou-se no território nacional. Os sistemas do poder cujo o rei no centro de tudo, a concessão do poder e de direitos; a estrutura criada neste solo americano não permitia a verdadeira separação dos poderes. O poder era manipulado pelo rei que exportava forças militares, corpo administrativo até contingente populacional para fazer valer os seus interesses e impor o sistema econômico, cultural, social, jurídico aos nativos índios e negros, mas também aos europeus não lusitanos.

Este caráter monopolista, na visão do Faoro, desmerece qualquer tentativa de implementação do conceito do feudalismo no Brasil, porque a gênese desse conceito não se encontra num sistema em que tudo girava a volta duma figura – o rei e seus próximos, amigos, servidores, famílias etc. –.

Segundo Faoro essa doença de Portugal foi herdada e reproduzida no Brasil independente. Uma pequena minoria que teve privilegio de herdar o poder econômico construído na base do esforço braçal escravo do(a) negro(a) e índio(a), usa este poder para se apropriar do poder político esvaziado da verdadeira representação em função de grande maioria que fica fora de direitos, de estruturas, de benefícios e de proteção. A cultura de patrimonialismo enraizou-se e permaneceu depois da independência (FAORO, 2001) e o

camponês é excluído e explorado. O campesinato, base eleitoral, é disputado pelos partidos políticos e depois de alcançarem o poder é abandonado pelos mesmos, é neste caso que se fala da aliança intermitente (MARTINS, 1981).

Faoro nos traz um Brasil que corresponde a herança colonial que, por sua vez, é a transferência do mundo lusitano para às américas. Um Brasil que deve a sua base econômica à cana-de-açúcar, café, tabaco, algodão e minas; um Brasil cujo a produção econômica modelava-se em função das dinâmicas dos mercados europeus. Mas também, um Brasil cujo dinâmicas internas deslocaram o poder das aristocracias rurais para urbanas; um Brasil que o destino da história (parafrazeando o Caio Prado Junior) impõe a necessidade da ruptura com a herança colonial para constituir uma verdadeira sociedade brasileira para os brasileiros e por brasileiros. Visto que, aquela que se tinha até década 1958, ano da publicação da obra do Faoro – Os donos do poder – era demasiadamente desigual, corrupta em que o público e o privado confundiam-se seriamente.

Importa destacar que Faoro enquanto jurista, a sua metodologia conjugou instrumentos jurídicos, por exemplo, leis, legislações, decretos etc., com práticas dos sujeitos numa relação comparada para apurar a legalidade, legitimidade e ilegalidade dos atos dos sujeitos. Essa metodologia permitiu-lhe perceber a inutilidade do conceito do feudalismo brasileiro na época colonial, porque o rei, os donatários e os feitores, assim como os sesmeiros agiam na ilegalidade. Estavam mais para os seus caprichos e os dos seus próximos. Essa doença transcendeu-se para as instituições burocráticas, sociais e econômicas no pós-independência e afetou o Brasil República. Também não nos devemos esquecer a dose marxista carregada pelo Faoro como instrumento de reflexão e compreensão do Brasil desde século XV ao século XIX.

Da abolição à industrializado

De acordo com Sergio Buarque Holanda (1987), a nação brasileira que se tem depois do ato simbólico de treze de maio de 1888 – abolição – está cheia de contradições, sendo nela perceptíveis posicionamentos dicotômicos entre indivíduos da classe privilegiada – branca. No seio dos dominantes, distinguia-se os que estavam a favor à abolição e os contra. Por outro lado, no meio das ruínas da principal forma de acumulação – o comércio negreiro – a forma alternativa tinha que ser encontrada para assegurar os escravocratas que terão que enfrentar os desafios da pós-abolição.

Nesse momento, o serviço bancário apareceu como alternativa para uns, enquanto outros foram a banca rota. As instituições bancárias cresceram e os agentes econômicos, na sua maioria escravocratas, foram dados empréstimos nos bancos com facilidade, isto é, os

critérios foram simplificados. Dessa forma, os escravocratas capitalizaram-se para atuar noutros sectores, porque o comércio negreiro e a exploração da mão escrava vão à ilegalidade, apesar de persistência dos tradicionais em tentar manter a escravidão.

Um número reduzido de camponeses também soube aproveitar a nova oportunidade aberta pelos bancos e conheceram sucessos na vida econômica (HOLANDA, 1987). Importa destacar que a industrialização do Brasil e de alguns países da América Latina – México, Argentina, Chile, Uruguai etc., foi no termino do século XIX e início do século XX. A sua indústria era dependente do capital externo, no entanto a complexidade da sua burguesa era claramente perceptível (BAMBIRA, 2019).

Para Guerreiro Ramos, o Brasil passou pela transformação do Estado periférico para Estado industrializado. Essa transformação é, ao mesmo tempo, demonstrativo da sua consciência crítica. Este fato, por si só, eleva o Brasil a uma nova fase histórico-social. Os fatores que determinam o nascer dessa nova história são múltiplos, porém os três principais são: a industrialização, a urbanização e a alteração do consumo popular. Os dois últimos, segundo o autor, derivam do primeiro. Todo esse processo resume-se em mudança estrutural. A compreensão da consciência crítica do Brasil depende da consideração desses três fatores e a compreensão dos seus efeitos sociológicos na sociedade brasileira (RAMOS, 1996). A redução do Brasil contemporâneo consiste nesse processo de industrialização. A missão de explicar o Brasil seguiu o seu percurso.

Segundo Guerreiro Ramos, o Brasil desenvolveu-se através de impulsos exógenos, porque os impulsos endógenos estavam debilitados. As contradições do consumo interno não eram suficientes ou capazes de arrancar o desenvolvimento do país. O setor exportador foi o que abriu caminho do desenvolvimento. Aliás, “[...] o desenvolvimento só ocorre onde há pagamento a fatores, em especial ao fator mão-de-obra: à exportação coube, portanto, inicialmente, no Brasil, fornecer os meios de pagamento” (RAMOS, 1996, p. 54).

Ao chegar à exploração mineira, já se tinha instalado a produção mercantil com um nível de transação econômico elevado. Ao chegar 1850, acrescenta-se aos recursos de produção agrária: açúcar, café, algodão e comércio negreiro, as redes dos processos aplicadas no comércio interno. Assim, a relação com o exterior sustentou o processo acumulativo do capital, aumentou as transações econômicas e ajudou a integrar a boa parte da população no consumo em decorrência do aumento do poder de compra e a economia do país tornou-se excedente rumo ao desenvolvimento econômico que representa a consciência crítica e transformação histórico social. Portanto, Guerreiro Ramos reduziu o Brasil a uma consciência crítica ou transformação histórico social a partir do cunho econômico capitalista. O

desenvolvimento desse poder capitalista significa o desenvolvimento da consciência. Na última instância, a industrialização do Brasil é a consciência crítica do seu povo.

A Vânia Bambirra (2019), na década 70, tomou por si, a decisão e o compromisso que a realidade exigia dela, explicar o Brasil e América Latina, tendo o componente econômico ou capitalismo como elemento que pruma o seu fio de raciocínio. Já não é o colonialismo, nem relações étnico-raciais, muito menos a formação do poder político brasileiro, mas sim o capitalismo dependente do Brasil e da América Latina no seu todo. A sua paixão ao marxismo não a poderia isentar das técnicas desse componente teórico epistemológico nos estudos sociais: luta de classes, relações de produção, divisão internacional de trabalho, infraestrutura e superestrutura etc., foram categorias analíticas usada pela Bambirra na sua reflexão crítica sobre o capitalismo dependente da América Latina. Em termos gerais, a redução sociológica da Bambirra coloca o Brasil e todos os países latino-americanos na infraestrutura global ao passo que os Estados Unidos de América se encontram na superestrutura. Essa conclusão veio noutras pesquisas como do Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Marine para citar apenas alguns.

Isto explica-se pelo fato desses países latino-americanos aglutinarem-se ao centro do poder hegemônico dominado pelos Estados Unidos de América desde 1945. O capitalismo estadunidense expandiu-se para os espaços periféricos depois da Segunda Grande Guerra na Europa e agravou as contradições econômicas internas dos países da América do Sul ao mesmo tempo criou novas contradições.

No conjunto dos países da América Latina, tem-se processos históricos diferentes de formação do tecido industrial – lembrando que nessa altura de expansão capitalista – a industrialização era a única forma através da qual o desenvolvimento era pensado e aceito. Segundo Bambirra (2019), os Estados americanos de Sul, incluindo o Brasil, estão embrulhados pela manta conjuntural hegemônica difícil de superar e conseqüentemente os projetos de desenvolvimento ali experimentados, entre décadas de 50 e 70, tiveram pouca margem de manobra para se concluírem com avanços significativos esperados, porque são coagidos pelo poder superior situado na superestrutura que molda o mundo ao seu belo prazer a cada instante.

Para tal estudo, Vânia Bambirra criou tipologias em que inseriu estados dessa região, de acordo com o período de abertura industrial. Assim, países da tipologia ou *tipo A* são aqueles que se industrializaram antes de 1945; os de *tipo B* são os de 1945 e 1950; os países do *tipo C* foram os que iniciaram a industrialização entre 1950 e 1960. Com exceção do *tipo A*, todos os restos foram industrializados sob controle do capital estrangeiro. Esse abafamento

do capitalismo global tolhe as economias nacionais de respirarem do seu jeito próprio, pois as suas possibilidades de crescimento são predeterminadas e limitadas pelo centro do poder ou capitalismo global. Assim, o desenvolvimento do Brasil e o dos demais países do sul global estão embrulhados pela conjuntura global do capitalismo cujo centro hegemônico localiza-se nos Estados Unidos de América.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os cientistas sociais de diferentes gerações aderiram ao desafio que a realidade demandava e demanda – a missão de entender “as raízes do Brasil” – como disse Holanda e nos trouxeram esse Brasil diverso, plural de processos históricos complexos, porém instigantes e que demandam mais pesquisas. Aliás a missão ainda está aberta para a geração atual e as vindouras.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.
- BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**. CHOR MAIO, Marco (Org.). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.
- RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et alii. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, p.223-44, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- MARIGUELLA, Carlos. **A crise brasileira**. In: BOGO, Ademar (org.). Teoria da Organização Política – II. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019,
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961. Ler: Introdução, Sentido da Colonização e Vida Social.
- RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.